

## **Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863)**

CARLA MENEGAT\*

A relação entre público e privado foi tônica constante na historiografia sobre o Brasil Imperial. Os debates acerca de temas como o clientelismo, a patronagem e o caudilhismo, este último em relação direta com a fronteira meridional, permeiam a produção intelectual que buscou interpretações sobre o Brasil oitocentista. Especialmente, aqueles que buscaram entender as formas de organização política das elites dentro do sistema político monárquico, estabeleceram subsídios que ainda hoje informam os trabalhos que surgem sobre o tema.

As contribuições recentes ao debate, concentradas em análises mais específicas que as abordagens macroestruturais que predominavam até pouco mais de uma década vem rompendo com alguns dos lugares-comuns repetidos sem comprovação empírica, ou baseados em pesquisas, que apesar de sua parcialidade, se pretendiam como explicações completas (CUNHA, 2006: 226-247). A proposta do debate aqui apresentado é repensar, desde a análise de uma realidade específica e circunscrita, que é a da fronteira meridional do Império, e da presença de súditos do Império com propriedades no Estado Oriental do Uruguai, as formas de participação e inserção das elites regionais no sistema político Imperial, especialmente a relação entre público e privado. Para isso, vamos tratar de um desses lugares-comuns no discurso historiográfico usado como explicação, tanto pela historiografia regional quanto por aquela que pretende explicar o centro do Império, para a pequena presença de indivíduos oriundos da Província nos mais altos postos do Império: o caráter belicoso dos líderes políticos ligados à produção pecuária.

Aos historiadores locais (PICOLLO, 1974; KLIEMANN, 1986) coube a percepção de que o Estado era sumamente ineficiente para garantir as reivindicações dos estancieiros, o que permitia que esses se sentissem no direito de executar a justiça por si. Aos historiadores do centro do país (DOLHNIKOFF, 2005; CARVALHO, 2003;

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista CNPq.

MATTOS, 1990), o uso das armas na defesa das reivindicações políticas e o quase permanente estado de campanha de guerra em que a Província se encontrava fazia dos líderes políticos locais, seres desprovidos de condições de se inserirem no quadro político Imperial. De toda forma a questão é que esse discurso reforçava a percepção de que os estancieiros rio-grandenses eram perfeitos caudilhos. Além de tudo, caudilhos conservadores que, ao utilizarem a força para resolver seus conflitos impediam a instauração do moderno estado de direito. O que muitas vezes foi desconsiderado por esta historiografia foi o fato marcante que a presença mais clara do Estado na região sempre se deu através da guerra e que residia nela um dos acessos privilegiados daqueles estancieiros ao poder central, num contexto em que carreira militar e carreira política estavam profundamente associadas (SOUZA, 2008: 53; 108). Eis que chegamos ao ponto em que o lugar-comum tem que ser reavaliado, em sua dimensão e significado.

### **Uma cultura política e uma cultura de armas**

A trajetória dos homens da Província foi marcada por conflitos armados. Desde a anexação da Cisplatina em 1821, até o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, foram quatro guerras e apenas 23 anos de paz, menos da metade do período. A fixação das fronteiras era disputada desde o período colonial, e as lealdades nacionais não estavam garantidas. Especialmente num espaço que permitia o fluxo de pessoas, a possibilidade de propriedades em mais de um país e sob mais de um regime governamental e legal. Além disso, a população originada do processo de povoação de uma terra inóspita, mas abundante, composta por indivíduos sem origem nobre, ou ligações mais sólidas com o centro do poder na Coroa Portuguesa, refletiu numa população com pouca experiência nos mecanismos do Estado durante o primeiro Império – à excessão dos habitantes das vilas mais antigas, como Rio Grande, Porto Alegre, Viamão e Rio Pardo, acostumados às Câmaras – e que foi acompanhando a chegada desses instrumentos de participação e organização política e estatal durante o governo de Dom Pedro II.

A origem dos primeiros integrantes da Assembleia Provincial do Rio Grande de São Pedro foi muitas vezes evocada no que toca à quase inexistência de indivíduos com algum diploma do ensino superior. O acesso a esse espaço através da educação formal passou a ser um padrão somente meio século depois (VARGAS, 2010: 52). Não só a distância das primeiras faculdades do país, ou mesmo a óbvia dificuldade de enviar um filho à Coimbra, ou seus custos elevados eram fatores que inibiam o investimento em tal

formação, mas também a pouca familiaridade com os espaços de atuação dos graduados podem ser apontados como dados importantes para compor o quadro a ser explicitado. Em 1822, a Província contava com cinco municípios, e às vésperas da Revolução Farroupilha, com quatorze. Era um reduzido espaço para vivenciar a administração do público, e poucos tinham experiência anterior, considerando-se a distância entre os primeiros municípios localizados quase todos no litoral e a campanha onde se desenvolvia a pecuária. Mas sobre a expansão do aparato administrativo do Império na Província, nos concentraremos mais adiante.

Diminuídas as qualidades a serem oferecidas pelos líderes políticos locais nesse quesito, temos de explicitar a principal qualidade que apresentavam: a experiência militar no terreno que ocupavam. Provada especialmente durante a secessão farroupilha, os líderes locais ofereciam o conhecimento de uma topografia militar única e do uso específico da tática da cavalaria ligeira (SOUZA, 2008: 462). Num espaço fronteiriço, onde a necessidade de manter vigilância era constante, mobilizando sempre atenção do poder central, o valor dessa formação bélica era ampliado. A mobilização de tropas foi uma constante.

Se a familiaridade com a administração pública ainda era rara ao ser deflagrada a Revolta dos Farrapos, na década que se seguiu ao seu fim, teve de dar conta de uma expansão que duplicaria a quantidade de municípios. A expansão da estrutura foi tamanha, que durante toda a década de 1850, os presidentes da Província não davam conta de elaborarem estatísticas precisas, por que a realidade não correspondia à norma. Alguns municípios não conseguiam preencher os cargos de juiz municipal satisfatoriamente, nem mesmo a nomeação de substitutos atendia às necessidades; os corpos da Guarda Nacional tinham dificuldades em se organizar, com disputas imensas em torno das qualificações; as eleições eram acompanhadas de tumultos e acusações: na maior parte das vezes os personagens se repetiam.

O processo de aprendizado da elite que ocupava os postos políticos em relação a esse aparato burocrático se estendeu por todo o período que antecede a Guerra do Paraguai, mudando o perfil dos indivíduos que ocupavam funções públicas, tanto no nível local, quanto na forma de se relacionar com o centro de poder. É nesse momento que vamos nos manter nessa análise, para tentar entender a cultura política que permeou a atuação desses indivíduos, seus projetos políticos e os projetos com os quais

disputavam atenções. Para isso, vamos completar o quadro que compúnhamos, explicitando a relação desses indivíduos com o Estado monárquico e com a guerra.

A partir de 1850, a estrutura da Guarda Nacional passa a sofrer maior controle do poder central, com a criação de Comandos Superiores conforme a importância do ponto a ser defendido. No caso da Província, foram dez os comandos Comandos Superiores que, na sua maioria, contaram com a nomeação de um importante personagem do poder local pelo poder central. A exceção estava no Comando de Porto Alegre, que contava com um membro da família do Duque de Caxias, Luis Manoel de Lima e Silva. A possibilidade de articulação provincial não estava de todo excluída, já que o Presidente de Província podia indicar candidatos. Também era a ele, e ao Ministro de Justiça que os Comandantes se reportavam. Nos postos de fronteira, velhos guerreiros assumiram o poder de governar as forças locais: David Canabarro, que havia sido comandante farroupilha, na fronteira do Quaraí e Livramento; João da Silva Tavares, Barão de Serro Alegre, na de Bagé e Jaguarão; os Mena Barreto, família de militares, controlando a de Uruguaiana.

Ainda, a situação especial de fronteira se materializou numa legislação específica para a Guarda Nacional nas províncias limítrofes, datada de 1857 e sugerida pelo Barão de Caçapava, militar da mais alta graduação e que dirigia a Comissão de Demarcação de Limites entre Brasil, Uruguai e Argentina. O Barão, como a maior parte dos servidores que o Império enviava para os mais altos postos da Província, como o de Presidente – que ele havia ocupado em 1840 e de 1848 a 1852 – tinha uma expressiva trajetória militar, o que acabava por corresponder também aos padrões da elite com que teriam que lidar. Não por acaso, o Presidente da Província, mormente, acumulava o cargo de Comandante de Armas. Mas no caso de Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava, temos um dado a destacar, o de que sua carreira iniciara ainda em Portugal, e como muitos dos estancieiros sul-rio-grandenses, havia participado da Campanha da Cisplatina, o que provavelmente o levou a reconhecer na fronteira um importância estratégica.

Tanto pensava a fronteira que tinha suas próprias propostas de ocupação do espaço, pensando em dividir os latifúndios em pequenas propriedades, administradas por trabalhadores livres, confrontando os projetos dos próprios estancieiros (FRANCO, 2010: 24). Mais significativo ainda da sua percepção da importância da fronteira para a

defesa do território nacional, são os relatórios que apresentou na abertura anual dos trabalhos na Assembleia Provincial, onde o item “Tranquilidade e Segurança Pública” mesclava relatos das perturbações nos países vizinhos, incidentes de fronteira, estatísticas de criminalidade nos municípios e dados das prisões. A linha que separava a criminalidade comum dos conflitos políticos não estava clara e muito menos a que separa a afronta individual do confronto entre nações.

Nesse sentido, a implantação da Guarda Nacional nos municípios do Rio Grande do Sul também enfrentava seus percalços. André Atila Fertig, em estudo que focou três Comandos Superiores da Província, indica as dificuldades enfrentadas para a formação de Corpos da Guarda Nacional, especialmente pela dificuldade na realização das qualificações (FERTIG, 2010: 17-128). A constante mobilização da Guarda Nacional para proteger a fronteira, fazia com que a qualificação para o serviço ativo tivesse outras finalidades, como o destacamento para patrulhar o contrabando, a substituição de corpos do exército, enfim, uma série de atividades que deveriam ser extraordinárias para a Guarda Nacional.

A confusão entre o papel da milícia civil e do exército, entre segurança e ordem pública e defesa do território nacional, acaba se confundindo com a dificuldade daqueles homens visualizarem uma dissociação entre público e privado. Apesar da legislação que especificava quem podia ser dispensado do serviço na Guarda Nacional, as pesquisas tem mostrado o entrelaçamento entre o poder sobre o recrutamento na milícia e a criação de redes de clientela (FERTIG, 2010; RIBEIRO, 2005).

Por outro lado, a criação dos Comandos Superiores teve um efeito pouco comentado pela historiografia. Ao criar um mecanismo com o intuito de aumentar seu próprio controle, o Império instituiu um canal de relação direta com os líderes políticos locais, ampliando seu prestígio e seu campo de atuação. As reclamações de Presidentes da Província em 1856, Barão de Muritiba, de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos estivesse sonogando informações, e que preferia tratar diretamente com os Comandos Superiores, ou com os Comandos Militares de Fronteira, mostra como a possibilidade de evitar intermediários era utilizada em assuntos que podiam significar um grande acúmulo de prestígio no serviço ao Império.

### **Projetos políticos, clientelas e indivíduos**

David Canabarro se tornou Comandante Superior da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento em 1850. Seu histórico farroupilha pareceu não incomodar o Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós. Canabarro provavelmente contou com a indicação de um antigo conhecido, o Conde de Caxias, que após ter pacificado a Província, soube reconhecer aqueles que dentre os revoltosos, poderiam ser úteis ao Império. E as utilidades de tais homens podiam se tornar extraoficiais. Mas tratemos delas mais adiante. Por enquanto nos detenhamos nos aspectos formais da relação entre os senhores guerreiros locais e a Corte.

Canabarro havia adquirido uma grande sesmaria de terras, conhecida por São Gregório, em Livramento, logo após a assinatura da paz de Ponche Verde. Lá se recolhera no incremento de seus negócios pecuários, bastante negligenciados durante os dez anos de batalha dissidente. Ao mesmo tempo, a expansão da burocracia Imperial chegava aquelas paragens distantes, e não somente municípios eram instituídos, como com eles, espaços políticos surgiam. Por outro lado, a proximidade com as Províncias Unidas do Rio da Prata permitia um fluxo de bem e pessoas pouco controlado, sem contar a proximidade com o Paraguai, que vinha se tornando outro vizinho incômodo. Canabarro usufruía de uma interessante rede de informações sobre as movimentações políticas desses territórios limítrofes, tanto que havia se favorecido dela durante o período farroupilha. E depois, por seu papel nas negociações que levaram ao fim da revolta, passou a possuir contato direto com Caxias, chegando até a nomeação para o Comando Superior da Fronteira de Quaraí e Livramento.

O serviço que prestava foi garantindo seu prestígio. Permaneceu no cargo até a invasão paraguaia em 1865. Mas não foi preciso tanto tempo até que a confiança dos agentes do Império fosse conquistada. E foi graças a essa confiança que foi escolhido para prestar outros tipos de favores ao governo. Quando os trabalhos da Comissão de Demarcação de Limites chegaram à região, foi construída uma proposta que possibilitaria uma resolução mais a contento do Império em relação a uma sesmaria localizada num trecho de terras ainda não demarcado. A proposta estava baseada em dois fatos: o primeiro, o de que os representantes dos outros países na Comissão não conheciam a propriedade do terreno em questão; o segundo, o de que a propriedade das terras pertencia a uma viúva que tinha como procurador o mais respeitado líder local,

David Canabarro. A proposta, formulada pelo Barão de Caçapava e mandada executar pelo Ministro Paranhos, consistia na compra do terreno, usando como testa de ferro o agente local do Banco Mauá. Depois de garantido o pagamento das dívidas que colocavam a sesmaria em hipoteca, se venderia as terras que poderiam causar mais polêmica se reivindicadas como brasileiras e se dividiria em parcelas as definitivamente localizadas em território nacional, garantindo ao Império bom lucro.

A operação – da qual só foi encontrada a proposta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – envolveria diferentes espaços da política nacional e, diferentes níveis de relação com a Província. Canabarro estava no nível mais local, e sumamente importante para que o mecanismo funcionasse. Seu prestígio, adquirido como comandante militar e depois, reforçado pelo posto de oficial da Guarda Nacional do Império, permitiu que se tornasse pessoa confiável para ser o procurador da viúva endividada. Provavelmente a relação de ambos remontava a uma rede de proteção e favores no nível local, mas não podemos desprezar o fato de que Canabarro também entendia muito da administração de uma propriedade de produção pecuária.

Articulado com esse nível local estava o agente do Banco Mauá. Se o agente referido trabalhava em território nacional ou no Uruguai, fica difícil precisar. De toda forma, estava habituado a esse tipo de operações, já que parte dos negócios do Banco envolvia tanto hipotecas quanto especulação (CALDEIRA, 1995: 339). Por sua vez, o próprio Barão de Mauá tinha suas ligações com a região, sejam familiares, já que Irineu Evangelista de Souza era ele mesmo oriundo de uma família de estancieiros, em outros tempos, os de comerciante, havia controlado parte das conexões comerciais da região. Tinha tantas ligações que havia sido eleito pela Província para a Câmara de Deputados. Naquele momento, era o único banqueiro estabelecido no Uruguai – depois de prestar outro serviço extraoficial ao Império, financiando a luta contra Rosas e o fim do cerco à Montevideo.

Os serviços extraoficiais eram extremamente arriscados. Cada queda de gabinete poderia desfazer toda a movimentação, e retirar investimentos e garantias. O financiamento do governo uruguaio foi assim. O pagamento dependia da pressão brasileira, que dependia de uma série de relações de força no Rio da Prata. E antes das vitórias em 1851 e 1852, nada garantia o retorno do investimento. A rigor, Irineu Evangelista de Souza havia emprestado dinheiro a uma parcela da elite uruguaia,

contando que ela se estabelecesse no poder e assumisse a dívida como do Estado. O transcurso dos acontecimentos poderia ter levado o investimento junto com a derrota. A operação arriscada se justificava pelo fortalecimento dos laços com importantes políticos imperiais, pelo atendimento dos desejos dos estancieiros sul-rio-grandenses – seus clientes – e principalmente, pelo prestígio que a ajuda ao Império lhe renderia.

O que se empenhava nestes serviços extraoficiais era a lealdade ao Império, e com ela, a graça de prestar um serviço, que sim, atendia sua Majestade Imperial, mas antes passava pelas vistas de todo o centro de poder. Se essa constatação pode ser aplicada à Mauá e seus projetos individuais, serve da mesma forma à Canabarro. Depois de dez anos liderando tropas revoltosas, Canabarro certamente foi o rebelde que mais facilmente se reincorporou ao sistema político do Império. Certamente teve de retomar velhos contatos, reforçar outros tantos e o papel que teve na pacificação da Província lhe rendeu oportunidades de demonstrar suas qualidades. Mas o peso da suspeita nunca abandonou os revoltosos totalmente. Seja nos pronunciamentos dos Presidentes da Província, seja na literatura (GOMES, 2009: 86-95), ou ainda no ostracismo em que muitos líderes caíram, é possível perceber como a desconfiança ainda grassava quando se tratava dos envolvidos na revolta. Em 1865, quando do processo que avaliou sua postura mediante a invasão das tropas Paraguias, Canabarro ainda sentiria o rescaldo desse sentimento(GUAZZELLI, 2002: 299-351).

Mauá, através de sua ligação com a maçonaria, se viu prestando ajuda a farroupilhas presos ou foragidos na Corte, o que à época da revolta causou sérias desconfianças sobre sua lealdade ao Império. Provavelmente, aí conheceu David Canabarro, ou pelo menos, o contato entre ambos poderia ser travado a partir de uma série de conhecidos em comum. Anos se passaram e Mauá abandonou o comércio e partiu para a arriscada atividade industrial. O estabelecimento da Ponta D'Areia exigiu investimento político para garantir sua instalação, num país onde o governo controlava todos os negócios privados que não fossem fazendas. Irineu Evangelista de Souza mobilizou todos os conhecidos, entre eles, José Maria da Silva Paranhos, irmão maçom e então, liberal como ele.

Paranhos viria a se tornar um moderado com o passar dos anos e das revoltas armadas, sua grande contrariedade com os liberais radicais. Sua postura política e seu trabalho como jornalista, discutindo as questões na região do Rio da Prata, o levou a ser

nomeado Ministro Plenipotenciário em Montevideo, pelo conservador Honório Hermeto de Carneiro Leão. Fez jus a confiança ao conseguir firmar o Tratado de Aliança Internacional que comprometia Brasil, Uruguai e as províncias argentinas rebeldes de Entre Ríos e Corrientes, além de um semelhante com o Paraguai, em 1851. O reconhecimento de tal atuação brilhante lhe rendeu o Ministério da Marinha, que viria a acumular a partir de 1855 com o dos Negócios Estrangeiros, onde mantinha contato estreito com os comandantes de fronteira, a Comissão de Demarcação de Limites e o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nesse momento, também caminhava Paranhos em passos largos para se tornar um dos principais líderes do Partido Conservador.

O contato estreito com o Barão de Caçapava podia ter se dado em qualquer momento desde sua nomeação como Ministro Plenipotenciário em Montevideo, seja pelos laços estreitos que a Província mantinha com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, seja pela atuação militar de Caçapava, seja por sua postura política ligada aos conservadores, ou talvez, por todas elas. As ligações de Caçapava com Mauá são menos óbvias. Como engenheiro militar, Caçapava pensava na necessidade de infraestrutura para defesa, tônica de sua atuação como Presidente da Província. Encomendou equipamentos como pontes e lanternas para faróis, pequenos fornecimentos de materiais para obras e para o arsenal de guerra da capital, tudo direto do estabelecimento da Ponta D'Areia, o grande empreendimento de Mauá ao largar a carreira de comerciante. Além disso, as cartas entre ambos revelam que a simpatia sob o estabelecimento fazia com que o então Conselheiro e Senador do Império Francisco Soares de Souza de Andréa fosse um dos políticos que ofereciam atenção ao empreendimento.

Por fim, Manuel de Vieira Tosta, Barão de Muritiba, não só era conservador, como tinha uma trajetória marcante no que se referia a combater revoltas e insurgências armadas. Além disso, já havia ocupado a pasta da Guerra e a da Marinha, e mais tarde se tornaria um dos políticos do Império do mais alto prestígio, tendo a honra de frequentar o Palácio de São Cristóvão e tendo sua mulher o título honorífico de Dama do Paço. Sua passagem pela Presidência da Província foi marcada por desconfianças, tendo em sua correspondência um número significativo de cartas de Ministros afirmando não estarem sonhando informações em relação ao Prata e aos Comandos

Superiores da Guarda Nacional, o que pode indicar que na prática o hábito informativo fosse diferente na Província em relação às experiências anteriores de Muritiba.

De toda forma, sua relação com os demais envolvidos parecia se resumir à formalidade do cargo, à exceção de Paranhos. Seu perfil não militar pode ser um indicador de sua pouca articulação com a elite provincial no tocante à fronteira. Muritiba tinha a origem de sua carreira na atuação como magistrado e certamente, desempenhou seu trabalho de forma particular. Enfrentou com competência a epidemia de cólera-morbos e soube resolver o problema da dispersão das tropas da Força Auxiliadora, retirada do Uruguai, garantindo a tranquilidade pública, especialmente nas áreas urbanas, o que apesar de um mérito, talvez não fosse exatamente um elemento prestigiador para a elite ligada à produção de gado e à posse de terra na região fronteira da Campanha.

Seu sucessor, Jerônimo Francisco Coelho soube contornar tal situação com mais habilidade. Ao receber a solicitação do Ministro Paranhos de que redigisse um relatório completo sobre o tema da fronteira e dos proprietários brasileiros estabelecidos em território do Estado Oriental, convocou outros prestigiados políticos como o Coronel da Guarda Nacional e Deputado Provincial Antônio Joaquim da Silva Mariante e o Desembargador Luís Alves de Oliveira Belo para o auxiliarem. O relatório reflete boa parte dos anseios dos proprietários brasileiros estabelecidos na fronteira ou em terras do país vizinho e foi a referência fundamental da política executada nas negociações de um novo Tratado de limites. Jerônimo Coelho teve a disposição de levar as reivindicações dos estancieiros e com isso, a destreza de receber o respeito da elite provincial e sua colaboração.

Paranhos tomou, como já fazia desde 1851, conforme fica claro em sua correspondência com o Ministro Plenipotenciário do Estado Oriental na Corte Andres Lamas – depositada no Archivo General de La Nación, em Montevideo – os desejos dos proprietários brasileiros estabelecidos ao sul da fronteira nacional como uma reivindicação da nação. Nem os percalços das atitudes isoladas daqueles que preferiram recorrer à ação individual e violenta ao invés de esperar os meios legais fizeram o Ministro desistir de sua perspectiva. Em relação ao Uruguai, sua postura foi sempre a de que os interesses brasileiros, vistos como os dos estancieiros, não poderiam ser prejudicados. Parece óbvio que os interesses a serem defendidos eram os dos súditos

imperiais, mas na verdade a questão a se levantar é a de quais súditos e que projetos precisavam ser privilegiados. Uma observação mais detalhada de outra parte da documentação de Andres Lamas, a correspondência pessoal, mostra que os súditos do Império tinham desejos diferentes em relação ao Uruguai.

Os desejos do governo do Estado Oriental, ou mais precisamente suas necessidades entravam em rota de colisão com as dos estancieiros brasileiros. Confrontando o relatório de Jerônimo Coelho, as cartas de Lamas e as cartas de Paranhos, é possível compreender que o que era a falta de receita das aduanas orientais era o lucro dos estancieiros e charqueadores sul-rio-grandenses. Os estabelecimentos de charque de Pelotas e Rio Grande voltaram a produzir numa escala talvez superior inclusive à de antes da Revolução Farroupilha. A crise de abastecimento na Corte fazia com que o produto escoasse do porto de Rio Grande diretamente para as senzalas das fazendas de produção cafeeira no sudeste do país (GRAÇA FILHO, 1992). Para prover a manufatura da carne salgada, muitos produtores traziam seus rebanhos, criados em propriedades com pastos mais ricos no país vizinho. Outros, simplesmente a compravam, favorecidos pela isenção de impostos para esses produtos.

Antes dessa retomada, alguns charqueadores estabeleceram provisoriamente seus empreendimentos na margem uruguaia da Lagoa Mirim. A dificuldade de criar gado em meio à Revolução Farroupilha, tornou essa alternativa atraente. Depois, a partir de 1842, foram os cidadãos do Estado Oriental que o fizeram, fugindo das requisições de gado da Guerra Grande, o conflito civil que dividiu o país, até 1851. Vendiam suas mercadorias pelo porto de Rio Grande, transportando-a pela Lagoa Mirim, evitando assim atravessar o país em guerra para chegar a um porto que se encontrava sobre forte cerco. A versão do relatório de Jerônimo Coelho sobre o fechamento desses estabelecimentos dizia que a paz havia os feito retornar às proximidades de Montevideo.

A versão de Lamas era menos tranquila. Segundo a representação uruguaia, o gado do país era todo escoado para as charqueadas sul-rio-grandenses e com isso, decretava a morte da produção de charque no Estado Oriental. A isso, Jerônimo Coelho e Paranhos rebatiam com os dados das propriedades brasileiras na zona de fronteira: numa faixa paralela à fronteira, de trinta léguas, o predomínio era das propriedades de brasileiros. O gado, de propriedade de brasileiros era todo enviado as charqueadas de brasileiros. A ideia de taxar o gado brasileiro engordado em terras uruguaias era

considerada um absurdo por ambos. Lamas, projetava a medida em seu discurso como uma forma de defender a indústria nacional.

Mas havia outro súdito do Império com uma proposta divergente da defendida por Paranhos. O Barão de Mauá, financiador do governo do Estado Oriental do Uruguai opinava muito incisivamente na política fiscal daquele país. Para ele, a única forma de obter receita era taxar o gado e seus produtos na saída do país. Estabelecer aduanas fortes nos postos de fronteira, taxar as importações de produtos industrializados e reprimir o contrabando. Suas opiniões não eram apenas ouvidas como requisitadas. E obviamente seu interesse maior era o de receber o pagamento da dívida que o país tinha consigo, seja em valores monetários, seja em concessões. Mauá incentivava Lamas a bancar essa política frente ao governo brasileiro, inclusive sugerindo que o Ministro retornasse a Montevideo e ascendesse a cargos mais altos na política de seu país. Para Mauá, o projeto dos estancieiros brasileiros era um entrave, considerando-se que seus lucros bancários subiriam se a economia uruguaia recuperasse o fôlego. Um súdito do Império tinha outros projetos para o Uruguai. A nação preferiu o dos estancieiros.

O problema de como garantir o atendimento de reivindicações pelo poder central sempre esteve presente. Se na década de 1850, o Império tomou atitudes que garantissem os direitos dos estancieiros brasileiros com propriedades no Estado Oriental, antes disso, por mais que reconhecesse como legítimas suas reivindicações, a postura era vacilante. Seja pela desconfiança que os políticos sul-rio-grandenses inspirassem, seja pelo receio de que as turbulências das repúblicas vizinhas no Rio da Prata se imiscuíssem no território nacional, o governo imperial sempre tratou com muita cautela do assunto. E frente à ineficiência do apelo, muitas vezes autoridades locais usufruíram de seu prestígio para buscar fazer valer a justiça por si. Um caso exemplar foi o da formação de tropas particulares pelo Barão do Jacuí.

Militar com fama de bons serviços ao Império e reconhecido prestígio na Província desde sua atuação contra os farroupilhas, Francisco Pedro Buarque de Abreu, o Barão do Jacuí, pediu baixa do exército logo após o fim da secessão, por não se adaptar ao serviço das tropas regulares. Porém, seus serviços ao Império não cessam. Em uma série de correspondências entre o Presidente da Província Manoel Antônio Galvão e o Ministro dos Negócios do Estrangeiro Antônio Paulino Limpo de Abreu encontramos interessante discussão sobre a atuação que o Barão de Jacuí tinha na

fronteira. Inicialmente, os documentos tratam da necessidade de enviar à Corrientes e Entre Ríos, províncias argentinas rebeldes, um agente que, em missão extraoficial, avaliasse a possibilidade de se construir alianças com líderes políticos, ou nas palavras do Ministro, “para avaliar o estado do espírito público em tais províncias”.

O Barão de Jacuí foi o escolhido para tal missão. Porém, sua execução não seguiu a mesma concepção pensada na Corte. A partir de 1848 começam a correr rumores de que o Barão se aliou aos irmãos Madariaga, conhecidos adversários de Juan Manoel Rosas, governador de Buenos Aires. Suas ações iniciaram com patrulhas de fronteira, buscando conter o avanço do exército de Manoel Oribe – General que havia derrotado as forças de Rivera no Estado Oriental, e que era apoiado por Rosas – sobre os rebanhos de gado em território brasileiro. A partir de 1849, já destituído de sua missão pelo governo imperial, o Barão passa a invadir território uruguaio com tropa própria, para recuperar o gado roubado. Suas ações, obviamente geraram reação do governo central. As relações no Rio da Prata se conturbavam cada vez mais e as ações do Barão invalidavam reivindicações pelos meios legais. A guerra civil no país vizinho chegava ao seu ápice. Ambos os lados da contenda atacavam propriedades dos brasileiros lá estabelecidos.

As motivações de Chico Pedro, como era conhecido o Barão, eram as mesmas que fizeram com que muitos homens se juntassem a ele: a desconfiança de um mundo que não fosse garantido pelas armas. Estando acostumado às guerrilhas montadas da região, e desconhecendo outra presença do Estado que não essa, desconfiava de outros mecanismos. Mas mais importante que sua cultura de participação política escorada na participação na Guerra, talvez seja o fato da legitimidade que contava receber do Império. Fora agraciado com o título de Barão, recebera uma missão extraoficial, contava defender seus concidadãos. Aliás, fora o exercício da batalha que o permitira receber tal legitimidade, como poderia acreditar que sua missão não envolvesse tal atuação. Além disso, a dinâmica das informações sempre inspirara um certo senso de autonomia no serviço de Sua Majestade, assim as distâncias exigiam.

As percepções sobre o que era um bom serviço prestado a Coroa estavam em mudança naquele momento, especialmente em relação ao Rio da Prata. A atuação diplomática surgiria como uma alternativa e a carreira de José Maria da Silva Paranhos é exemplo disso. Anteriormente, tratamos do fato de que sua atuação como Ministro

Plenipotenciário no Uruguai o levou aos mais altos postos ainda na década de 1850. Os anos que se seguiram, entremeados de conflitos, viram mais uma vez sua atuação. Negociou o quanto pode a postergação dos conflitos na região. Como Ministro da Fazenda – no gabinete presidido por Caxias, de quem era amigo próximo – preparou as finanças imperiais para a Guerra iminente. A responsabilidade de organizar o governo paraguaio ao fim da Guerra ficou com o Visconde de Rio Branco, título que recebeu. A capacidade de falar de nação a nação sem passar pelas armas passou a ser um serviço importante.

### **Construindo projetos: lealdades nacionais e escolhas individuais**

O processo de formação do Estado Nacional brasileiro foi permeado por uma divisibilidade pouco clara entre público e privado. Foi na expansão do aparato burocrático e no recrutamento de novos agentes que essa realidade se constituiu. Mas ao contrário das dicotomias que opõem elites regionais – ora vistas como tiranizadas por um Estado centralizador, ora vistas como corpos sociais retrógrados que impedem a consolidação de um Estado moderno – ao poder central, foi na interação dessas duas dimensões que se conformou um conjunto de relações que permitiu que projetos privados se tornassem projetos nacionais.

Questionar por que determinados projetos foram escolhidos para a nação, quando vimos que houve outros concorrentes, talvez nos leve novamente aos lugares-comuns. Exercício mais frutífero quiçá seja invertermos a interrogação e nos perguntarmos por que alguns projetos simplesmente não foram desenvolvidos sob outra lealdade nacional. Obviamente a questão só está colocada pela proximidade da fronteira, mas ela fica mais evidente se pensarmos no estatuto de proprietários que tem os súditos imperiais de que tratamos. Em algumas situações estes proprietários estavam estabelecidos no país vizinho desde um quarto de século e tinham relações sólidas na vida das localidades onde se instalaram. Por que simplesmente não se tornavam cidadãos do Estado Oriental do Uruguai? A força do exército brasileiro contava, certamente, mas não pode ser tomada como única explicação.

Se o Estado no Império estava em formação, com uma presença ainda débil, o Estado Oriental parecia inexistente. Mesmo após a pacificação do país com o término da Guerra Grande, blancos e colorados – as duas facções políticas que disputavam o poder – seguiam em suas escaramuças. Ainda que falha, a justiça no Império permitia que

litígios de terras fossem resolvidos, e a segurança das propriedades sempre assegurada. Além disso, talvez a mais importante diferença entre ser brasileiro e ser oriental – como os uruguaios se chamavam à época – estava na noção de propriedade. A criação de gado demandava largas extensões de terra, mas o prestígio de um proprietário não estava apenas ligado ao tamanho de suas posses, mas à qualidade delas. No Brasil, um grande proprietário era também senhor de escravos. No Estado Oriental do Uruguai, desde 1842, homens de cor eram cidadãos livres, com direitos legais.

Dos treze tomos que documentam a atuação de Andres Lamas como Ministro Plenipotenciário do Estado Oriental do Uruguai na Corte do Rio de Janeiro, dois são única e exclusivamente dedicados aos problemas enfrentados por “homens de cor”. São petições, cartas e relatórios sobre cidadãos uruguaios escravizados por brasileiros, denúncias de propriedades de brasileiros que mantinham escravos sob o disfarce de contratos, litígios em torno de identidades nacionais.

Por outro lado, as reclamações encaminhadas pelo Comando da Fronteira de Bagé e Jaguarão, além das inúmeras referências que o Ministério dos Negócios Estrangeiros fazia em suas correspondências, nos mostram que assim como a passagem de gado de um país a outro era considerada pelos estancieiros como um direito de propriedade, a de escravos se equivalia. Os estancieiros, mais fortemente os que tinham terras lindeiras à fronteira, ou que as atravessavam, acreditavam que enquanto transitassem por suas terras, não deviam explicações a autoridades nacionais, não importando muito de que lado estivessem.

As reivindicações não se restringiam à proprietários de terra, o que pode nos mostrar que o fator de unidade estava concentrado tanto mais na propriedade de escravos que na de terra ou gado. Em 1848, Domingos José de Almeida, líder farroupilha que havia perdido considerável fortuna durante o conflito, contando com o acordo secreto de pacificação que previa indenizações pelas dívidas da República Rio-Grandense, Almeida, que havia sido seu Ministro da Fazenda, pediu ressarcimento por 40 escravos que havia encaminhado à Montevideo em 1838. O aluguel dos escravos garantiu mantimentos para as tropas farrapas até o fim da escravidão no país vizinho e uma concordata ao seu antigo proprietário, que viu seu bem mais precioso tomado.

A indenização que recebeu nos anos que se seguiram à Ponche Verde, – não mais como parte das dívidas que a República Rio-Grandense tinha a cobrir, mas como

reivindicação por perdas ocasionadas pelos conflitos no país vizinho – indica que a sensibilidade política no que tocava ao país vizinho estava intimamente ligada a identidade escravista do Império. Um rebelde como Almeida, poderia ser reintegrado no seio da Nação, e seus direitos serem amplamente amparados, especialmente se os direitos de propriedades exigidos fossem sobre um bem tão tipicamente nacional. Sob outro aspecto, a reivindicação de indenização somente era possível no Brasil. O Estado Oriental teve política rígida sobre o tema, condenando a escravidão (GRINBERG, 2007:01).

A identidade nacional e sua reivindicação neste caso estão condicionadas a um projeto político claro, que envolvia profundamente as elites brasileiras. E assim como o estatuto de propriedade do escravo conflitava com sua condição humana, a divisão entre público e privado era confusa, quando não inexistente na percepção dos senhores de escravos. A fronteira, a legislação do país vizinho, o desenvolvimento de novas estruturas da burocracia estatal e principalmente, a transformação da prática política produziram seus choques e exigiram adaptações de uma elite acostumada a exercer seus negócios com autonomia. Certamente, o ir e vir das guerras fez com que algumas questões, como essa, se perdessem em meio a questões de demarcações e impostos. Provavelmente àqueles homens importasse mais que a nós as conexões entre as diferentes dimensões de poder e seus consensos. A escravidão era talvez fosse o mais forte deles.

### **Bibliografia**

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1995.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá, Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Alexandre Mendes. “Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira.” In: **História**. São Paulo, v.25, n.1, p.226-247, 2006.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FERTIG, André Atila. **Clientelismo Político em Tempos Belicosos**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário Político do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulani Letra&Vida, 2010.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso**. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992.

GRINBERG, Keila; “Escravidão e Liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa.” In: **Cadernos do CHDD (FUNAG)**, v. 5, p. 91-114, 2007; \_\_\_\_\_. “Senhores sem escravos”: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. **Almanack Braziliense**, v. 6, p. 01, 2007.

GUAZZELLI, Cesar Augusto B. “A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata.” In: **Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002, p.299-351 (Texto publicado com o pseudônimo de Pedro Dornelles de Bivar).

KLIEMANN, Luíza H. Schmitz. **RS: Terra & Poder. História da Questão Agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MARTINS, Maria Fernanda V. **A Velha Arte de Governar – Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o Serviço os chamava. Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

SOUZA, Adriana Barreto. **Duque de Caxias: o homem atrás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte. Os mediadores e as estratégias familiares da política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.